ponível em:

<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/235/4588/1/TCC%20%20Daniele%20Araujo. pdf> Acesso em: 07 de abril 2022.

CONTEXTO HISTÓRICO: A CRIANÇA E A INFÂNCIA

REVISITANDO A INFÂNCIA E O OLHAR HISTÓRICO SOBRE ESSA FASE DA VIDA

ANDREIA RODRIGUES DA SILVA

RESUMO

Em sua trajetória histórica e social, a criança recorrentemente é fruto de determinações sociais, econômicas e culturais. O presente artigo objetiva contextualizar o processo histórico da criança frente à Educação. Partindo de embasamentos teóricos que compuseram grandes estudos que contribuem com a Educação em nível institucional, revelam que as concepções do "ser criança" são delineadas por proposições no decorrer dos séculos, passando pelo olhar onde a criança era vista como um adulto em miniatura, que de início não tinha direitos, mas tinha deveres a cumprir. Com um olhar histórico, este estudo pondera sobre a visão da infância e o lugar da criança.

Palavras-Chaves: Concepção, criança, infância, direitos.

Um breve histórico da infância e da criança

A criança como pessoa percorreu a história da humanidade recebendo diversos tratamentos em função das diferentes relações que foram se estabelecendo. Segundo Kramer (1992), crianças são indivíduos sociais e históricos, apontadas, portanto, pelos contrassensos das sociedades em que estão imersas. Jacomé (2018, p. 16, grifo do autor) explica a definição do

"termo infância que seria em latim in-fans, quer dizer sem linguagem". Diante dos estudos entende-se que por volta do final do século XIII, período medieval, a criança era considerada como um adulto em miniatura que recebia disciplina dos pais como forma de preparação para mais tarde prestar mão de obra e com o trabalho adquirir aprendizagem.

O recém-nascido por sua fragilidade recebia todos os cuidados apenas no período em que era totalmente dependente da amamentação da figura materna. Mais tarde, quando era desmamado, passava a ser visto como um pequeno adulto, sendo diferente apenas no tamanho. Por tanto, desde muito pequeno essa criança era disciplinada e exposta a ajudar nas tarefas. Para (JACOMÉ, 2018, p. 16). "A realidade mostra que sempre houve crianças, ao mesmo tempo em que nem sempre houve infância".

A criança deste período recebia toda formação integral advinda do meio social familiar, sendo esta sua base e referencial. Conforme diz Aranha (2006), no século V a.C, período da antiguidade, que indagou na formação integral de corpo e espírito de meninos, onde designou a paidéia, cuja, definição de início é (pais, paidós, crianças). Aranha afirma que:

A educação grega estava, portanto, centrada na formação integral – corpo e

espírito –, embora, de fato, a ênfase se deslocasse ora mais para o preparo militar ou esportivo, ora para o debate intelectual, conforme a época ou lugar. (ARANHA, 2006, p. 61).

Antes do surgimento da escrita, era a própria família que oferecia instrução na Educação, seguindo a tradição religiosa.

Aranha (2006) diz que no período denominado renascimento do século XVI, a igreja católica sofreu uma grande crise, devido à reforma protestante, que deu-se pela rejeição da igreja ser autoritária, mediada pelo forte poder papal. Por tanto, "Qualquer pessoa, habitante de uma pequena cidade ou pertencente à nobreza, que confrontasse a doutrina da igreja cristã seria violentamente censurado e perseguido". (OLIVEIRA, 2014, p. 27). Com a reforma gerou contrariações dos católicos frente aos negócios e aos empréstimos a juros que estes estavam realizando restritamente. Com isso, os protestantes enxergavam esse enriquecimento como um sinal de contemplação divina. Contudo, Aranha (2006, p. 125, grifo do autor) descreve que "À expansão da crença protestante, a Igreja Católica desencadeou forte reação conhecida como Contrareforma, a fim de recuperar o poder perdido".

Com a criação dessas escolas, a didádica era bastante rígida, respaldando nas repetições de questões como método de memorização e também por estímulos competitivos entre os alunos, no intuito de incentivá-los aos estudos, indagando no reconhecimento destes, como por exemplo: títulos de imperador, ditador, cônsul, tribuno, senador, cavaleiro, decurião e edil.

Oliveira (2014, p. 21) corrobora ao afirmar que "Na prática pedagógica jesuítica, existia uma centralidade que definia uma pedagogia cuja valorização se pauta na tradição e doutrina da igreja estabelecida pelo Concílio de Trento".

Aranha (2006) relata que o pensamento da humanidade da época entrelaça com as mudanças econômicas. Com isso, esse período foi marcado pela forma de produção capitalista. Devido a tantas inovações dessa época, educar, tornou-se prioridade além de exigida. E com o nascimento de colégios, os ricos eram educados em seus castelos por preceptores, e as burguesias que sentiam o desejo de terem o mesmo direito de educação para os filhos, direcionavam-os para a escola, no intuito de prepará-los para o mundo dos negócios. Ainda, as crianças recebiam disciplinas que eram os castigos físicos, como forma de protegê-lás contra más influências.

Estudos nos mostram que desde o período medieval até o século XVI as aulas eram ministradas em locais públicos, que ainda todos os alunos de diferentes idades, estudavam juntos, com as instruções do mesmo professor. Esse tipo de Educação predominava numa aprendizagem de crianças que se fazia no convívio com os adultos. Somente mais tarde que separaram os indivíduos por idade, formando grupos, ou seja, foi quando houve a separação de classes de crianças dos adultos, determinando o que é chamado "séries", mas isso ocorreu séculos depois, pois ainda, até o final do século XVIII as aulas eram ministradas na mesma classe com professores para cada grupo. Matos e Rudolf afirmam que:

Assim, nas classes escolares dos séculos XVII e XVIII, permanecia a mistura das idades, caracteristicamente medieval, em que crianças de 10 a 14 anos, adolescentes de 15 a 18 anos e mancebos de 19 a 25 anos frequentavam as mesmas classes. (MATOS E RUDOLF, 2006, p.

9.96).

No final do século XVII iniciaram-se, as concepções voltadas para a educação infantil, diferenciando a criança do adulto. Nesse sentido, Jean Jacques Rousseau, intitula em seu livro Emilio ou da Educação (1995), determinações conceituais da triste realidade de como a criança era tratada, desde então, houve mudanças na concepção que as pessoas entendiam a criança, as famílias começaram ter afetos e cuidados referente à formação do indivíduo. Com isso, Rousseau determina que a educação deve-se iniciar na infância, pois:

Nascemos fracos, precisamos de força; nascemos desprovidos de tudo, temos necessidade de assistência; nascemos estúpidos, precisamos de juízo. Tudo o que não temos ao nascer, e de que precisamos adultos, é nos dado pela educação. (ROUSSEAU, 1995, p. 10).

Nesse sentido, aconteceu a revolução industrial que se submeteu a exigências nas práticas educacionais com o objetivo de fomentar o ensino técnico e profissional, a fim, de capacitar os trabalhadores para gerar crescimento e lucratividade das indústrias. Por tanto, a escola com a implantação do ensino técnico e profissional iria instruir os trabalhadores a serem boas pessoas e disciplinados, para conquistar a riqueza para a burguesia capitalista com sua eficiência. Segundo Bastos (2017), o termo “revolução industrial” remete-se em mudanças econômicas e sociais, na qual faz parte as máquinas modernas.

Brandoli (2012) revela que o capitalismo e o impacto darevolução industrial do século XIX causou para as classes trabalhadoras, necessidade de mão de obra qualificada para que os operários pudessem dobrar sua capacidade de produção submentendo-se ao rítmo da fábrica e máquinas, visto que houve a substituição da produção de mão de obra pela máquina, consistindo apenas na habilidade. Foi dessa forma que a mulher ingressou-se ao mercado de trabalho, pois a revolução estabeleceu-se mudanças na família, bem como deixar de cuidar e educar seus filhos, para trabalhar. Frente a essa discussão, Brandoli revela que:

Percebe-se assim, que o nascimento da indústria moderna alterou profundamente a estrutura social vigente, modificando os hábitos e costumes das famílias. As mães operárias que não tinham com quem deixar seus filhos utilizavam o trabalho das mães mercenárias que vendiam seus serviços para abrigarem e cuidarem dos filhos de outras mulheres. (BRANDOLI, 2012, p. 42).

Desse modo, no século XIX na Europa, surgiram as instituições assistencialistas, voltada para atender as necessidades da criança, enquanto a família não podia estar presente. As creches e escolas tinham como princípios cuidar, ou seja, prestar assistência de higiene, alimentação e segurança, mas logo de início, essas instituíções estabeleceram questões de educação. Rizzo aborda que:

As modificações sociais ocorridas em decorrência das novas e sempre em mudança estruturas de trabalho afetaram profundamente a organização familiar e provocaram o afastamento da figura materna, que passou a deixar a casa e o filho para trabalhar fora. (RIZZO, 1984, p. 21).

Foi em 1940 que o alemão Friedrich Froebel, fundou o primeiro jardim de infância – kindergarten do mundo, no intuito de avultar a importância do "desbrochar da infância". O jardim de infância denominou-se por Froebel, ao consistir que as plantas desde pequena teriam que ser bem cuidadas por um jardineiro, para criar progressividade em seu crescimento, assim seria também as crianças, por isso nomeou-se de jardim de infância.

Nessa perspectiva, o jardim de infância foi respectivamente concebido apenas para crianças de famílias abastadas, em idade inferior aos 8 anos, cujo objetivo era fornecer um ambiente que atendesse as necessidades delas, através de atividades pedagógicas que pudessem estimulá-las. Segundo Brandoli (2012) Froebel, predominava em educar e cuidar, bem como mudar a estrutura familiar que se tinham na época, contemplando com melhorias nos cuidados dos filhos.

Contudo, Ferrari, M., (2008) diz que Froebel ao observar crianças de diferentes idades, vai ao encontro com Piaget, revelando que a criança passa pelos diferentes estágios de desenvolvimento. Assim, elaborou práticas-pedagógicas buscando construir o saber na criança, a fim, de aperfeiçoar o aspecto sensório-motor, por meio de materiais pedagógicos diversos, que prevê o desenvolvimento e aprendizagem em sua totalidade mediante o brincar.

Para Rizzo (1984, p. 207) "Ao brincar, a criança desloca para o exterior seus medos, angústias e problemas internos, dominando-os por meio da ação".

Não pare agora... Tem mais depois da publicidade ;)

Seguindo essa evolução histórica nota-se que, com o decorrer das últimas décadas a criança passou a ser compreendida como uma pessoa que tem um papel importante para a sociedade, que pode ser educado de maneira integral. Conhecida as particularidades da infância, procurase então entendê-la para poder educá-la.

História da Educação Infantil no Brasil

Segundo Andrade (2010), por volta do século XVIII no Brasil, instalaram as primeiras casas de expostos públicos de caráter assistencialista, no intuito de resgatar crianças que eram abandonadas pelos pais. Essas casas tinham o regime de internatos, por recolher crianças órfãs de famílias. Nessa época, o homem tinha o total domínio sobre a esposa, filhos e escravos, e assim consistia em muita violência de mulheres pobres, resultando no abandono de crianças e até em mortes destes. Andrade explica os objetivos iniciais das criações de casas de expostos:

Constata-se que as primeiras iniciativas foram resultantes de ações higienistas centradas no combate à mortalidade infantil, cujas causas eram atribuídas aos nascimentos ilegítimos (consequentemente da união entre escravos ou destes com

seus senhores) e também à falta de conhecimentos intelectuais das famílias para o cuidado com as crianças. (ANDRADE, 2010, p.132).

No final do século XIX e no inicio do século XX, profissionais de diversas áreas, inclusive religiosos tiveram o olhar voltado para a infância, principalmente para a infância mais vulnerável. Por tanto, devido o impacto da revolução industrial, Brandoli (2012) revela que Menezes Vieira em 1875 fundou o primeiro jardim de infância particular no Brasil, instalado no Rio de Janeiro, o objetivo era prestar assistência para crianças que não podiam ficar sob os cuidados das mães, ocasionado pelo trabalho. Contudo, (BRANDOLI, 2012, p. 44) corrobora que "No Brasil, por exemplo, a creche foi criada exclusivamente com caráter assistencialista, o que diferenciou essa instituição das demais criadas nos países europeus e norte-americanos, que tinham nos seus objetivos o caráter pedagógico".

Brandoli (2012) relata que o primeiro jardim de infância público brasileiro, foi fundando em 1896 em São Paulo. Mais tarde foram abertas várias creches por todo Brasil. No Rio de Janeiro o médico Arthur Moncorvo Filho criou um instituto de proteção e assistência, que tinha por objetivo atender jovens grávidas, como também recém-nascidos para prestar os devidos cuidados. Brandoli revela que:

O primeiro Jardim de Infância público é datado de 1896 na cidade de São Paulo e em 1899 é fundado o IPAI-RJ (Instituto de proteção e assistência à infância do Rio de Janeiro), que mais tarde abriria filial por todo o território nacional e é neste mesmo ano que se inaugura uma creche vinculada à Fábrica de Tecidos Corcovado no RJ. (BRANDOLI, 2012, p. 45).

Brandoli (2012, p. 47) aborda propostas diferenciando fatores que "Enquanto as instituições públicas atendiam às crianças das camadas mais populares, as propostas das particulares, de cunho pedagógico, funcionavam em meio turno, dando ênfase à socialização e à preparação para o ensino regular". Com a decorrência da desigualdade de classe social existente, foi criado legislação no campo da Educação Infantil, prevendo desencadear barreiras que impedissem a criança de ter seus direitos e acesso as instituições. Brandoli detalha que:

A legislação construída no campo da EI iniciou com a Constituição Federal (CF), passando pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e desembocando na LDB. A partir desses textos, foram elaborados pareceres, emendas constitucionais, decretos e resoluções que orientaram a política educacional para a criança. (BRANDOLI, 2012, p. 47).

A Constituição Federal de 1988 – CF elabora artigos e ementas que defendem de modo geral os direitos e deveres de todos, viabilizando que diante da lei, todos são iguais, independente das características de qualquer natureza. Frente a essas afirmações, as Diretrizes Curriculares

Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (2010, p. 7) descreve que "O atendimento em creches e pré-escolas como direito social das crianças se afirma na Constituição de 1988, com o reconhecimento da Educação Infantil como dever do Estado com a Educação". Por sua vez, a Educação Infantil, não continuou predomi-

nando-se apenas no cuidar, mas passou a buscar desenvolver práticas-pedagógicas, onde as creches atendiam crianças de 0 a 3 anos e a préescola crianças de 4 a 6 anos de idade, considerando que não seria obrigatória a ingressão de crianças nessas fases.

Outro fator que preza a criança em seus diretos humanos é o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, que teve sua aprovação entre os anos de 1994 e 1995, publicados pelo Ministério da Educação – MEC, com o propósito de reforçar com a Constituição Federativa a proteção da criança e do adolescente, bem como garantir melhorias do ensino.

Nesse sentido, também foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação – CNE em 1999, as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil, sendo estabelecida por pareceres e resoluções obrigatórias quenorteiam o planejamento curricular das instituições para realizarem um bom desempenho no atendimento da criança.

Por tanto a LDB promulgada em 1996, reforça a versão anterior de 1971, derrubando o conceito de instituições assistêncialista, ganhando espaço e poder para criar organização no âmbito educacional, consistindo em uma divisão por idade nas turmas da Educação Infantil, denominando-as de Berçário, Maternal e Jardim, integrando como primeira fase da Educação Básica. No entanto, em 2006 com as modificações que ocorreram na LDB, a Educação Infantil não continuou ingressando crianças de zero a 6 anos de idade, e sim de zero a 5 anos e onze meses, cujo objetivo, era antecipar a entrada de crianças ao ensino fundamental a partir dos 6 anos de idade, tornando a etapa do jardim I e II obrigatórios.

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017) apresenta um breve contexto sobre seu surgimento, revelando que é o documento mais recente homologado no ano de 2017, onde até o final de 2019, todas instituições tiveram que implementar esse documento por ser de caráter normativo, que orienta os professores a aderirem planejamento e práticas-pedagógicas. Este documento ainda disponibiliza eixos estruturantes, direitos de aprendizagem e desenvolvimento, além de exigir qualificação docente para o domínio do mesmo.

A BNCC (2017) sofreu várias modificações até chegar na versão final do ano de 2017, incluindo nessa versão a etapa do Ensino Médio. Esse documento foi criado por “especialistas de todas as áreas do conhecimento”, sendo finalizado no debate com a sociedade brasileira e educadores, fazendo com que o MEC, Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME sejam grandes parceiros neste processo, de modo que, em regime de colaboração, as mudanças esperadas alcancem cada sala de aula das escolas brasileiras e instituições de educação Infantil. A BNCC relata que foi “Elaborada por especialistas de todas as áreas do conhecimento, a Base é um documento completo e contemporâneo, que corresponde às demandas do estudante desta época, preparando-o para o futuro”. (BRASIL, 2017, p. 5).

A BNCC é um documento voltado para Educação Básica, onde busca atender todas demandas das criança, assegurando-as aos direitos de aprendizagens e em

seu desenvolvimento, além disso, a BNCC orienta os profissionais da área da Educação a terem um norteamento ao desenvolver suas atividades.

Contudo, o conceito atual da primeira etapa da Educação Infatil, busca em desenvolver a criança integralmente, atendendo todas suas necessidades. Pois, "Creche é, portanto, dentro do conceito atual, um ambiente especialmente criado para oferecer condições ótimas, que propiciem e estimulem o desenvolvimento integral e harmonioso da criança sadia nos seus primeiros quatro anos de vida". (RIZZO, 1984, p. 23, grifo do autor).

Pode-se constatar então que as legislações que contemplam a proteção e direito da crianca e da infância diante da oferta em educação evoluíram de forma significativa nas últimas décadas.

Para concluir

Considerando os estudos realizados, foi possível perceber que a criança era considerada como ser inferior, incapaz, visto que, sempre houve crianças, ao mesmo tempo em que nem sempre houve infância, do ponto de vista lúdico recreativo. A Infância era considerada apenas uma fase transitória, do pequeno para o grande adulto. Esses argumentos persistiram por um longo período, até que estudiosos em suas obras voltaram seus olhares voltados ao ser criança e ter infância, criando na sociedade em geral novas concepções.

Assim, grandes teóricos, como: Froebel, Pestalozzi e outros, criaram-se instituições de Educação Infantil buscando desenvolver as potencialidades, ofertar cuidados e harmonias para as crianças inseridas. No entanto, a ideia que iniciou por Froebel, foi aceita por inúmeros teóricos que viabilizaram a Educação Infantil como fator essencial para a formação integral da criança.

Conquanto, a criança começou a ter direitos, e isso foi se fortificando peridiodicamente, pois, foi instituído leis pela Constituição Federal de 1988, pelo Estatuto da Criança e do

Adolescente, além de outros documentos que protegem e asseguram a criança de seus direitos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. Educação Infantil: na trilha do direito. São Paulo: Unesp, (Cultura Acadêmica), 2010.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil. 3.– rev e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

BASTOS, Daniel Schneider. Manifestos Industrialistas: a hegemonia do sistema fabril sob a ótica liberal durante a revolução industrial. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação, 2017. [Dissertação em História].

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC/SEF, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/SEF, 2010.